

CAPITÃO DA BRIGADA MILITAR E SUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

DE FREITAS, Lucas Patrício G¹
MOURA, Luís Felipe Fiscoeder¹
PEREIRA, Mara Karsburg¹
TRINDADE, Fabricio Rodrigues¹
TRINDADE, Marlom dos Santos¹
ÁVILA, Francine Nunes²
CENTENO, Natalia Rodrigues²
COLLARES, Lenise Alvares²
GRIEBELER, Adriane²

RESUMO: O presente trabalho busca descrever a ascensão ao cargo de Capitão da Brigada Militar, suas fases, dificuldades e sua importância dentro da instituição. O objetivo do trabalho é compreender os possíveis impactos da profissão do policial militar nos aspectos sociais da vida deste profissional, incluindo ambiente familiar, vida afetiva e relacional. Para isso foi realizada entrevista com o Capitão à frente do batalhão da Brigada Militar (BM) na cidade de Bagé. A entrevista foi semidirigida, com utilização de roteiro, realizada em espaço privado determinado previamente. A conversa foi registrada por gravação de áudio, mediante a autorização do participante e transcrita posteriormente. Os resultados mostraram a importância do contato com o profissional da área que se estabelece a pesquisa, contribuindo para o enriquecimento dos estudos na área de direito.

Palavras-chave: Brigada Militar, Direito, Capitão, sociologia, psicologia.

ABSTRACT: The present work seeks to describe the rise to the position of Captain of the Military Brigade, its phases, difficulties and its importance within the institution. The objective of the work is to understand the possible impacts of the military police profession on the social aspects of this professional's life, including family environment, affective and relational life. The conversation was recorded by audio recording, with the participant's authorization and later transcribed. The results showed the importance of contact with the professional in the area where the research is established, contributing to the enrichment of studies in the area of law.

Keywords: Military Brigade, Law, Captain, sociology, psychology.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A elaboração deste artigo visa esclarecer alguns aspectos sobre a forma de ascensão ao cargo dos capitães da Brigada Militar, ressaltando a exigência legal do diploma de bacharelado em Direito para ingresso na academia, tornando-se obrigatória a partir do ano 2000. Mostrar com essa mudança, que não só houve a exigência da graduação, mas também houve a exigência para que esse profissional se aprimorasse inclusive em aspectos

sociológicos, psicológicos, filosóficos e antropológicos diante da complexidade do fenômeno social e jurídico que se tem hoje. Embora a lei já esteja em vigor há algum tempo, existem ainda, poucos estudos sobre as mudanças no perfil, na instituição e na carreira, sobre os desafios, as competências e a responsabilidade do capitão em conduzir e orientar a tropa e os reflexos desse trabalho perante a sociedade.

Diante disso, foram obtidos informações sobre o tema através de entrevista com um profissional já formado no curso em questão, onde serão analisados aspectos sociológicos da função exercida, tendo em vista que a sociedade está cada vez mais complexa e necessita de maior qualificação por parte do profissional que atua na área da segurança. Serão mencionados também aspectos filosóficos a fim de dar uma densidade maior ao debate, fazendo com que ele se aprofunde nos argumentos que precise usar numa eventual situação de abordagem ou até mesmo numa grande operação. Na área psicológica é apontado o maior desafio da profissão que é encarar o estresse diário, o risco de morte e a falta de reconhecimento no trabalho. No que tange a antropologia, o entrevistado transcorre sobre fatos do cotidiano nos diferentes cenários em que a carreira lhe transporta. E por fim, a história do direito se torna não menos importante de ser abordada, para que se possa compreender melhor a evolução da função na carreira, as fases de acesso ao cargo, sua estrutura, desafios, competências e atuação perante a sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste artigo será abordado o tema sobre o cargo de capitão da Brigada Militar, os requisitos exigidos para o ingresso no curso e os desafios que a profissão apresenta no percurso da carreira militar. Será detalhado o referencial teórico e também a entrevista realizada com um profissional da área - Capitão Patrique Rolim Marques - atuante no comando local, expondo relatos do assunto tratado no estudo.

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Brigada Militar – sua história, seus oficiais superiores e a exigência do curso em bacharel em Direito.

Criada em oito de novembro 1837, como Força Policial da Província, auxiliando na justiça, mantendo a ordem e a segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul. Teve sua regulamentação somente em cinco de maio de 1841, como Corpo Policial. Em 1865 na Guerra do Paraguai foi criada a tríplece aliança composta por Brasil, Argentina e Uruguai, onde alguns praças da Força policial do nosso estado integraram a tropa que seguia para a Guerra.

Os Oficiais da Brigada Militar, em seu primórdio, eram oriundos de três bases formadoras da sociedade. Os primeiros a ascenderem ao cargo de policiais militares foram os egressos da Guarda Civil Gaúcha que fora extinta no mesmo período em que a força em pauta nasceu e eram em sua maioria nos Postos subalternos. Outros, por sua vez, por possuírem uma seara de conhecimentos e experiências maiores em relação aos demais originários, desempenhavam as funções de Oficiais Superiores, exercendo, desta maneira, os cargos chaves, como o de Comandante-Geral, por exemplo. Essa base vinha transferida do Exército Brasileiro.

Por último, considerado por alguns pesquisadores como o grupo originário mais importante da Polícia, pelo simples motivo de serem os voluntários que se alistaram para lutar na guerra federalista como soldados da linha de frente, vinham os que eram em sua maioria pessoas simples, que desconheciam a vida e a formação militar, mas que derramaram seu sangue em prol de seus ideais. Com o fim da guerra em 1895, muitos integrantes, por seus atos de bravura, foram promovidos a Oficiais subalternos e podiam alavancar sua patente até o posto de Capitão, já outros iniciaram voluntariamente a carreira na força.

Após a proclamação da República, foi promulgada a primeira constituição do Brasil republicano, que concedeu aos estados poder para que elaborassem sua própria constituição e adotassem providências para manter a ordem e a segurança pública. Em 1892 quando Fernando Abbott assumiu a presidência do estado criou a Brigada Militar para zelar pela segurança pública. Em 1898 foram criadas as escolas regimentais onde funcionava o curso para oficiais e inferiores, elevando o nível intelectual dos oficiais com os melhores professores da capital, em 1916 Affonso Emilio Massot, coronel da Brigada Militar criou o Curso de Ensino, com duração de 2 anos ministrando cursos nas áreas de português, francês, matemática, geografia, história do Brasil e desenho linear para o melhor aperfeiçoamento de seus oficiais e praças. Para que pudesse proporcionar um melhor preparo militar, em 1934 foi

criado o Curso de Preparação Militar que foi denominado o Curso de Formação de Oficiais (CFO), em 1942.

A Brigada tem como seu patrono o Coronel Affonso Emílio Mossot, que dedicou grande parte da sua existência a esta instituição e em sua trajetória moveu tropas para diversas revoluções. Em 1985 foi criado também o segmento feminino da Brigada Militar, com um efetivo de 135 mulheres, que ao decorrer dos tempos foi ganhando seu espaço.

A Brigada Militar tem um papel essencial na nossa sociedade e ao longo do tempo vem se dedicando ao máximo para estar sempre à frente, criando campanhas para melhor atender a população. (<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>).

2.1.2 A psicologia ligada ao direito

Basicamente a psicologia é o estudo dos processos mentais e os fenômenos psíquicos do comportamento do ser humano a partir da sua interação com o ambiente em que está. O profissional que atua nesta área chama-se psicólogo, atuando no diagnóstico, prevenção e tratamento das mais variadas doenças mentais, de personalidade ou distúrbio.

De acordo com Mirabete (1998) e Guimarães (1999) citados no artigo “Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua” apontam que a atividade militar não se resume ao serviço diário, a função implica em constante estado de alerta, mesmo quando o profissional está em momento de descanso. A profissão do policial requer que este indivíduo atue no confronto contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos.

Entretanto, o ramo que agrega os profissionais dedicados à interação do direito e psicologia é a “Psicologia Jurídica”. Geralmente, os psicólogos têm a função de auxiliar no que remete a saúde mental dos envolvidos em um processo.

Por ser uma profissão com uma grande área de atuação, podemos citar: Psicanálise forense; Psicologia criminal; Psicologia obrigacional e do consumidor; Psicologia da família; Psicopatologia trabalhista; Psicologia judiciária (cartórios); Psicologia e direitos humanos.

Clinicamente, tenta construir o percurso de vida dos indivíduos no dia-a-dia na sociedade em constantes relações jurídicas e todos os processos psicológicos de estrutura familiar e do trabalho. A psicologia jurídica não se confunde com a psicologia forense, visto que o psicólogo forense procura descobrir a raiz do problema, uma vez que só assim se pode partir à descoberta da solução. Descobrimos as causas das desordens sejam elas mentais e/ou

comportamentais, também se pode determinar um processo justo, levando em conta que estes casos são muito particulares e assim devem ser tratados em tribunal.

2.1.3 Antropologia e Sociologia

No que se refere à antropologia foi observado o artigo apresentado por Lidório (2009), e observa-se que esta ciência foi formada a partir de diversas origens, estudos e fundamentos, documentados numa história de evoluções de idéias que levaram aos aspectos conclusivos de hoje. Também através da antropologia surge a curiosidade de porque homens semelhantes em contextos semelhantes geram culturas tão distintas? Em conversa com nosso entrevistado, ele entende que o homem é resultado do seu ambiente, pois somos parte genética dos pais e parte fruto do meio em que vivemos e atuamos e isso reflete diretamente na profissão que escolhemos.

É de extrema relevância também tratar a questão sociológica, pois o capitão lida tanto com os direitos e deveres do público interno, bem como, aplicação da lei aos demais cidadãos. Considerando a complexidade do ordenamento jurídico pátrio em que a interpretação da legislação tem papel fundamental no dia a dia da sociedade, não basta ter a lei é necessário que seja bem interpretada, o que é papel do oficial da carreira de Estado Maior, a qual começa com o posto de capitão, promover sua correta interpretação para contornar e atender as demandas perante a sociedade.

E cabe ao Capitão da Tropa, se antecipar aos eventos que podem trazer prejuízo às rotinas de escala, devendo estar sempre atento ao comportamento de todos promovendo equilíbrio e identificando algum problema na equipe de natureza psicológica e sociológica e fazer com que o ambiente seja sempre saudável, de parceria e harmonia.

Art.1º §2º - Incumbe ao superior hierárquico incentivar e manter a harmonia e a amizade entre seus subordinados. § 3º - A civilidade, como parte da educação policial-militar, é de importância vital para a disciplina no âmbito da Brigada Militar e, assim sendo, é indispensável que o superior trate com cortesia, urbanidade e justiça os seus subordinados e, em contrapartida, o subordinado deve externar, aos seus superiores, toda manifestação de respeito e deferência. § 4º - As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os Militares Estaduais, devem ser dispensadas também aos Militares das Forças Armadas e aos Militares Estaduais de outras Corporações (Decreto Nº 43.245, de 19 de julho de 2004 - REGULAMENTO DISCIPLINAR DA BRIGADA MILITAR)

2.2 Metodologia

A metodologia empregada do ponto de vista da sua natureza ou finalidade foi o da pesquisa básica. Do ponto de vista da abordagem do problema, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foi utilizado o método da pesquisa participante e do ponto de vista dos objetivos, o método utilizado foi o da pesquisa exploratória.

Foi realizada entrevista com o Capitão à frente do batalhão da Brigada Militar (BM) na cidade de Bagé. A entrevista foi semidirigida, com utilização de roteiro, realizada em espaço privado determinado previamente. A conversa foi registrada por gravação de áudio, mediante a autorização do participante e transcrita posteriormente.

2.3 Análise dos Resultados

A fim de analisar com maior objetividade os resultados deste artigo, de maneira a contemplar as disciplinas de antropologia, sociologia, psicologia, metodologia de pesquisa e história do direito, se fez necessário a entrevista pessoal, a qual de forma clara e lógica possibilitou a análise de diversos fatores na área proposta para estudo.

Quando perguntado sobre quais os motivos que o levaram a querer ser Capitão da Brigada Militar, o entrevistado respondeu que foi devido à experiência profissional, como agente de ponta, visto que foi soldado, o que lhe despertou o interesse no curso de direito e que propiciou sua formação e a consequente ascensão profissional. Quanto às dificuldades que passou para chegar ao posto de Capitão da Brigada Militar, o Capitão relata que a maior dificuldade foi conciliar o trabalho e a formação em direito, uma vez que teve que conciliar os estudos da própria formação, a preparação para o concurso e o trabalho profissional como soldado da Brigada Militar, pois obteve a aprovação no concurso para capitão, antes de ter concluído o nível superior, visto que para assumir a função de “aluno-capitão” era requisito estar com a formação concluída em direito. Sobre os requisitos necessários para se chegar ao posto de Capitão da Brigada Militar antes da exigência do bacharelado em direito, o entrevistado relata que até a década de 90, o acesso se dava por meio de vestibulares em universidades, onde se inscrevia para o curso CFO/BM (Curso de Formação de Oficiais da Brigada Militar) e após classificar-se, frequentava o curso durante quatro anos na Academia

de Polícia Militar de Porto Alegre, após essa formação, o aluno era promovido a graduação especial de Aspirante-Oficial. Após ter o aspirante passado por esse período sem nenhuma sanção disciplinar grave era promovido ao posto de 2º tenente, posteriormente, após alguns anos era promovido a 1º tenente e novamente após um decurso de tempo era promovido a capitão.

Atualmente funciona da seguinte forma: o certame é composto por concurso público de provas e títulos, o qual compreende sete fases sendo a primeira delas a prova objetiva de múltipla escolha; segunda fase prova discursiva; terceira fase prova de sustentação oral; quarta fase etapa de saúde; quinta fase etapa de testagem física; sexta fase exame psicológico e sétima fase a investigação de vida pregressa. O Capitão ressalta que após aprovação em todas as fases, o curso de formação tinha a duração de quatro anos e seguia muito os ensinamentos da área penal do direito, seguido da técnica policial, sendo que na última fase o aluno já era integrado parcialmente às atividades policiais e que atualmente a formação é de dois anos, e desde o início do curso de formação o aluno já se envolve em ações específicas de policiamento, havendo uma carga de disciplina de direito onde são reforçados alguns conhecimentos, com ênfase no direito militar, um número significativo de disciplinas voltadas à administração, gestão de recursos e disciplinas de técnica policial. Uma grande diferença atualmente é que ao final do curso o concluinte já é promovido a capitão. Outra diferença significativa é que anteriormente a média de idade para ingresso, era muito mais baixa (média de 16 a 22 anos) e atualmente a média do último curso foi de 32 anos, essa mudança influenciou na atividade devido experiência de vida do formando.

Questionado sobre qual a importância da formação em direito para o exercício da função de Capitão da Brigada Militar, o entrevistado comenta que é de extrema relevância, pois o capitão lida tanto com os direitos e deveres do público interno, bem como, aplicação da lei aos demais cidadãos. Considerando a complexidade do ordenamento jurídico pátrio em que a interpretação da legislação tem papel fundamental no dia a dia da sociedade, não basta ter a lei, é necessário que seja bem interpretada, o que é o papel do oficial da carreira de Estado Maior, a qual começa com o posto de capitão promover sua correta interpretação.

Quanto à imagem que a sociedade tem da instituição com a obrigatoriedade da formação em direito para o quadro de Capitão da Brigada Militar, o Capitão nota que na visão da comunidade às ações da polícia estão mais legalistas, devido estarem sob a supervisão de um oficial já com a formação em direito.

Sobre os benefícios que a formação em direito trouxe para a instituição e aos detentores do referido cargo, o entrevistado acredita que melhorou em muito a reputação da instituição perante a sociedade, pois passa a imagem de uma instituição que valoriza o conhecimento jurídico, por se tratar do órgão responsável pela aplicação da lei. E quanto aos detentores do cargo, friza que é a segurança jurídica dos atos praticados por este.

Relatou também que seu ingresso na carreira foi como soldado, em 2006, tendo sido aprovado no Curso Superior de Polícia Militar, (capitão) em 2014, com formação ao final do ano de 2015 e consequente promoção ao posto de capitão. Questionado sobre quais as dificuldades que sentiu ou sente com a nova função, ele descreve o fato de ter que lidar com os problemas dos outros, tanto colegas como sociedade, o stress da burocracia administrativa, prazos e o acúmulo de funções. Sobre as questões de disciplina e hierarquia, com o advento da obrigatoriedade do bacharelado em direito, ele acredita que houve avanços nesse sentido, trazendo mais justiça as decisões disciplinares e mais impessoalidade. Sobre aplicar sanções disciplinares a seus subordinados, o entrevistado busca desprender-se da pessoalidade, analisando o fato ocorrido e aplicando a disciplina de acordo com os ditames da legislação, pois dentre as funções do capitão está o poder/dever de aplicar sanções, portanto ele procura aplicar a letra fria da lei. Conclui que se sente profissionalmente realizado e movido aos constantes desafios que a profissão impõe e acredita que nos últimos quatro anos a instituição teve um avanço significativo em nível de gestão, com o advento de meios e ferramentas tecnológicas, tais como: A ferramenta “avante” que é uma ferramenta de gestão de segurança pública que permite mapear a movimentação da criminalidade, o sistema BMMOB, que dá maior agilidade aos registros policiais, possibilitando a confecção de registros de ocorrências através de smartphones ou tablets e o sistema SGC que modernizou a “correição” permitindo que os procedimentos disciplinares fossem realizados na forma digital, dentre outras ferramentas que têm sido implementadas nos últimos anos, aliados a valorização profissional, através da remuneração. Contudo, o exercício da função reflete na sua vida pessoal, pois acaba levando parte do stress da função para casa e adequando a convivência social à função, restringindo assim, o acesso a determinados locais, por isso costuma andar armado como medida de segurança e quando ocorre uma situação prática, costuma agir de forma mais prática e menos formal, ainda que inconscientemente vá usar algum conhecimento que aprendeu durante o treinamento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram a importância do contato com o profissional da área que se estabelece a pesquisa, contribuindo para o enriquecimento dos estudos na área de direito, mostrando com isso que a dedicação leva a excelência na escolha dos objetivos, embora com dificuldades e obstáculos durante o percurso do treinamento, a exposição aos riscos inerentes à profissão de capitão de polícia e à violência tem repercussões importantes na forma como os policiais estabelecem e mantêm os laços sociais, os relacionamentos, a inserção na comunidade e o contato com a família.

Conclui-se esse trabalho de maneira satisfatória, pois durante o seu percurso conseguiu-se entender e responder aos questionamentos que foram levantados de forma contundente e aprofundados. Trouxe-nos conhecimentos em várias áreas que envolvem o direito como a psicologia, sociologia, a antropologia e a própria história do direito. Todas elas criaram a visão de que as leis e regras não surgiram do nada e tiveram fases na história, mudanças na vida social e cultural. Todas essas disciplinas proporcionaram o embasamento para entender até a evolução que ocorreu na profissão de Capitão da Brigada.

Através dos capítulos apresentados neste artigo mostrou-se que mudanças são necessárias para atender cada vez mais as novas necessidades de viver em sociedade e de organizá-la, além de mostrar que algumas profissões exigem o direito como formação para maior entendimento e aplicação das leis.

Esse estudo foi muito gratificante para o grupo, pois permitiu além da vivência e do entrosamento com os colegas, estudar a teoria e ter contato com a prática ao entrevistar o Capitão da Brigada, que mostrou um pouco da sua visão sobre essa profissão essencial para a defesa e garantia dos direitos de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda Spanieret al. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 54-61, Set. 2002.

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13408>

<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009

Sociologias vol.12 no.25 Porto Alegre Sept./Dec. 2010 - <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300009>.

JIACOMINE, Bia. Setores da Psicologia Jurídica. Youtube, 09 mai. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

LIDÓRIO, Ronaldo A – Conceituando a antropologia, Artigo Revista Antropos, Volume 3, Ano 2, Dezembro de 2009 ISSN 1982-1050.

OLIVEIRA e SILVA, Jonatas e Thiago. A polícia militar e a sua função social: a humanização do novo modelo de formação dos policias militares do estado de Goiás. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo>

OLIVEIRA JÚNIOR, Antenor Neves de. Aptidão física e psicológica relacionada à saúde de policiais militares da cidade de Natal. 2013. 60 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA BRIGADA MILITAR, Decreto Nº 43.245 de 19 de julho de 2004.